



## ATA DA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e quarenta e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que faça a leitura da ata da sessão anterior.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, público aqui presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS! *"Ata da Sétima Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul — Estado do Pantanal. Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e quarenta e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** - Lida e aprovada a Ata Sete da Sexta Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofícios nºs 52.476, 52.479, 52.492, 52.495, 52.505, 52.509, 52.513, 52.524, 52.539, 52.542, 52.551, 52.554, 52.560, 52.563, 52.566, 52.597, 52.600, 52.654, 52.660, 52.663, 52.666, 54.503 e 54.531/2026, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** - Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Paulo Corrêa, Zé Teixeira, Gerson Claro, Lidio Lopes, Junior Mochi, Professor Rinaldo, Gleice Jane, Roberto Hashioka, Renato Câmara, Caravina, Zeca do PT e Mara Caseiro. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Lia Nogueira, Jamilson Name, Marcio Fernandes e Pedrossian Neto. **GRANDE EXPEDIENTE** - Usou da palavra o deputado João Henrique. **ORDEM DO DIA** - Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 41/2025, de autoria do deputado Lucas de Lima. Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Lei nº 306/2025, de autoria do deputado Junior Mochi. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de protesto, de autoria da deputada Gleice Jane, diante da continuidade e agravamento da violência contra as mulheres no estado, culminando no feminicídio de Janete Feles Valoes, de quarenta e cinco anos, ocorrido na noite de domingo, dia 8, em um assentamento localizado na zona rural do município de Selvíria, a aproximadamente 390 quilômetros de Campo Grande; requerimento de moção de apoio, de autoria dos deputados Gerson Claro e Gleice Jane, endereçada à árbitra sul-mato-grossense Daiane Caroline Muniz dos Santos, que, no exercício legítimo de suas funções, foi alvo de misoginia, após apitar partida válida pelas quartas de final do Campeonato Paulista de Futebol, com cópias ao senhor Reinaldo Carneiro Bastos, presidente da Federação Paulista de Futebol, e ao senhor Samir de Araújo Xaud, presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF); requerimento de moção de congratulação, de autoria da Casa, endereçada à Liga das Entidades Carnavalescas de Campo*

*Grande e ao Aglomerado de Blocos de Carnaval de Rua de Campo Grande (ABC), pela brilhante realização do Carnaval de Campo Grande 2026, evento que consagrou-se entre as maiores e mais vibrantes festas populares de nossa Capital; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada à cientista Tatiana Coelho Sampaio, bióloga e chefe do Laboratório de Biologia da Matriz Extracelular do Instituto de Ciências Biomédicas da UFRJ, pelo relevante avanço científico alcançado em sua trajetória de pesquisa e pela contribuição de grande impacto para a ciência brasileira; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Jamilson Name, endereçada ao Educandário Getúlio Vargas, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados na área educacional e social ao longo de seus oitenta e dois anos de atuação no município de Campo Grande; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado João Henrique, endereçada à professora doutora Tatiana Lobo Coelho de Sampaio, pelo desenvolvimento da Polilaminina, inovação brasileira no tratamento de lesões da medula espinhal; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada à Escola Estadual Miguel Marcondes Armando, pelos seus quarenta e cinco anos de história, comemorados no dia 13 de fevereiro de 2026; indicações, de autoria dos deputados Gleice Jane, Lia Nogueira, Junior Mochi, Antonio Vaz, Paulo Duarte, Zé Teixeira e Pedro Kemp. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Usou da palavra o deputado Pedro Kemp. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e quatro de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis." Foi lida a ata, senhor presidente.*

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão, a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para que faça a leitura do expediente.

**PRIMEIRO-SECRETÁRIO** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Expediente da Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2026: Ofício nº 43/2026, do Ministério Público Federal, encaminhando Inquérito Civil Público nº 1.21.000.001177/2025-12 aos membros da Comissão Temporária de Representação para Acompanhamento da Comissão da BR-163/MS; Ofício nº 0150/2026 (eletrônico) da Caixa Econômica Federal, encaminhando Fundo Especial de Saúde — Caixa — CR OGU MS 837293/2016 — Operação 1035474-02 — Crédito de Recursos — OBTV (Prot. nº 218/2026); E-mail, da Coordenadoria Estadual da Mulher — Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, encaminhando Relatório de Gestão da Coordenadoria da Mulher (2023-2026) (Prot. nº 234/2026); Ofício nº 259/2026, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Zeca do PT (Prot. nº 3659/2025); Ofícios nºs 52.585, 52.588, 52.591, 53.034, 53.046, 53.123, 54.510, 54.513, 54.516, 54.519, 54.522, 54.525, 54.528, 54.964, 54.967, 54.987, 54.970, 54.973, 54.976 e 54.990/2026, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo a indicações/requerimentos dos deputados Caravina, Lia Nogueira, Marcio Fernandes, Renato Câmara, Junior Mochi, Zé Teixeira, Gleice Jane, Coronel David e Gerson Claro (Prot. nº 015/2026). Senhor presidente, conforme sua solicitação, foi lido o expediente.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Vossa Excelência dispõe de três minutos.

**PEDRO KEMP (PT)** — Senhor Presidente, vou pedir cinco minutos, que serão suficientes. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de Estado de Educação, solicitando a instalação — com urgência — dos aparelhos de ar-condicionado e a realização de reparos na infraestrutura da Escola Estadual Marechal Rondon e da Escola Estadual Castelo Branco, ambas localizadas no município de Mundo Novo. Justificativa: a presente indicação se faz necessária diante das condições estruturais enfrentadas pelas duas unidades escolares, que passaram recentemente por reformas, porém ainda apresentam problemas significativos que impactam diretamente o bem-estar, a segurança e o processo de aprendizagem dos alunos. Em ambas as escolas, apesar das intervenções realizadas, não houve a instalação dos aparelhos de ar-condicionado, o que tem tornado as salas de aula ambientes extremamente quentes e inadequados ao desenvolvimento das atividades pedagógicas, especialmente considerando as altas temperaturas registradas na região. No que se refere à Escola Estadual Marechal Rondon, a situação é ainda mais preocupante, tendo em vista a existência de falhas estruturais que demandam ação imediata. O piso tátil, que aparentemente foi instalado de forma incorreta, já apresenta descolamento, comprometendo sua função de acessibilidade e segurança. O bebedouro vem provocando acúmulo de água no piso, o que aumenta significativamente o risco de quedas e acidentes entre os estudantes. Além disso, a quadra coberta, que também passou por reforma recente, já apresenta buracos no teto, ocasionando goteiras em dias de chuva, o que inviabiliza o uso adequado do espaço para atividades esportivas e recreativas. Eu tenho percebido, senhor presidente, que, em algumas escolas, a gente encontra esse mesmo problema: a escola passa por reforma — eu não sei se a Secretaria de Educação ou a Secretaria de Infraestrutura fiscaliza —, e logo já surgem problemas estruturais, problemas que precisam ser reparados. Então, medidas precisam ser adotadas pela Secretaria de Educação e pela Secretaria de Infraestrutura, para que a reforma, quando feita, resolva de fato os problemas. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Genilson Duarte, coordenador em exercício do Distrito Sanitário Especial Indígena de Mato Grosso do Sul (Dsei), solicitando a adoção de medidas urgentes para a recuperação da bomba d'água do poço artesiano que abastece a aldeia Indígena Jarara, localizada no município de Juti. A bomba d'água da aldeia queimou, e a população passou o Natal e o Ano-Novo, sem água. É um transtorno muito grande para as famílias, e nós já fizemos, inclusive, contato telefônico com o senhor Genilson, e ele garantiu que vai resolver esse problema. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à professora Letícia Couto, docente do Instituto de Biociências da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pela conquista do Prêmio Nacional Mulheres e Ciência, na categoria Estímulo, reconhecimento de grande relevância para a ciência brasileira. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à Casa da Memória Raída, pelo certificado como



Ponto de Cultura, recebido do Ministério da Cultura, por meio da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural, reconhecendo e valorizando o trabalho do Coletivo Memória Raída. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de Estado de Educação, solicitando providências urgentes no sentido de sanar os problemas no telhado que provocam o alagamento das salas de aula e do pátio coberto da Escola Estadual Lino Villachá, localizada no bairro Nova Lima. Era o que eu tinha, presidente. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Vossa Excelência dispõe de três minutos.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados; servidores aposentados que prestigiam a nossa Sessão; presidente do Sindicato dos Servidores da Assembleia; imprensa e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Assembleia, bom dia! Eu quero apresentar aqui um projeto de lei. Artigo 1º - Fica incluído, no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, instituído pela Lei nº 3.945, de agosto de 2010, o evento denominado 'Festa de Nossa Senhora Aparecida de São Gabriel do Oeste', realizado anualmente no período de 3 a 12 de outubro, no município de São Gabriel do Oeste. A festividade, promovida pela Paróquia Nossa Senhora Aparecida de São Gabriel do Oeste, celebra, neste ano, sua 15ª edição, consolidando-se como uma das mais significativas expressões de fé, cultura e participação comunitária do município. Outra coisa, presidente. Eu quero aqui lamentar o seguinte: nós estamos recebendo denúncias com relação aos problemas derivados, agora, da intervenção da Motiva na BR-163. Vários acidentes foram registrados nos últimos dias, e todos eles, de acordo com as informações, por sinalização precária nos locais em que as obras estão sendo realizadas. Portanto, já fica aqui esse alerta. Vou fazer uma indicação, solicitando à Motiva que providencie a sinalização adequadamente. No fim de semana, ocorreu um acidente envolvendo um caminhão que transportava suínos para Campo Grande; e o outro, com bovinos — e todos eles em decorrência da falta de sinalização nos locais próximos àqueles onde estão ocorrendo intervenções. Ademais, presidente, nós temos uma cópia, que nos foi encaminhada, do Inquérito Civil Público aos membros da Comissão Temporária de Representação para Acompanhamento da Concessão da BR-163. No expediente de hoje já foram lidas pelo primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, as informações que o Ministério Público Federal nos traz com relação ao trabalho executado no segundo semestre do ano passado. Agradeço ao deputado Paulo Corrêa pela informação. Muito obrigado, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado. Vamos em frente. Protocolos referentes às proposições apresentadas. (\*De autoria da deputada Gleice Jane: dois requerimentos (Prot. nºs 250/2026 e 249/2026); duas moções de congratulação (Prot. nºs 269/2026 e 268/2026). De autoria do deputado Lidio Lopes: uma indicação (Prot. nº 264/2026); um projeto de decreto legislativo (Prot. nº 265/2026). De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma indicação (Prot. nº 258/2026). De autoria do deputado Neno Razuk:

quatro indicações (Prot. nºs 262/2026, 261/2026, 260/2026 e 259/2026). De autoria do deputado Pedro Kemp: quatro moções de congratulação (Prot. nºs 275/2026, 274/2026, 273/2026 e 272/2026). De autoria do deputado Pedrossian Neto: uma indicação (Prot. nº 271/2026). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma moção de pesar (Prot. nº 263/2026). De autoria do deputado Renato Câmara: quatro indicações (Prot. nºs 255/2026, 254/2026, 253/2026 e 252/2026); um requerimento (Prot. nº 256/2026); uma moção de pesar (Prot. nº 251/2026). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma indicação (Prot. nº 267/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 270/2026); um projeto de lei (Prot. nº 276/2026). De autoria do deputado Zé Teixeira: duas indicações (Prot. nºs 266/2026 e 257/2026). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao Grande Expediente. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Por inversão, com a palavra, a deputada Gleice Jane. Ontem, comemoramos os noventa e quatro anos do direito de a mulher votar, deputada.

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT)** — sem revisão da oradora — Bom dia, presidente! Bom dia, colegas deputados e público que nos assiste! Ontem, nós comemoramos um dia importante, realmente, para as mulheres, dia em que nós conquistamos o direito ao voto. Mas não foi o dia em que nós pudemos ser votadas ainda. Os nossos direitos ainda são muito recentes, e ainda temos um longo caminho a seguir. É importante lembrar disso, porque, neste momento, inclusive, a sociedade tem sido bastante misógina; e, quanto mais as mulheres avançam na direção dos seus direitos, mais violência vemos acontecer como resposta à nossa ascensão. Mas não tem volta. Nós não vamos recuar. Nós vamos continuar e vamos enfrentar todo e qualquer comportamento misógino na sociedade. Nesses últimos dias, vimos um pai que matou os filhos, e a sociedade culpou a mãe. Vimos um desembargador que naturaliza o estupro de uma criança de doze anos, que foi estuprada outras vezes; e, por já ter sido vítima, ele acha que ela pode continuar sendo vítima; um desembargador que está sendo investigado também por estupro. E, no último fim de semana, vimos mais uma barbárie: um jogador de futebol, que jogou muito mal por sinal, culpou a árbitra e ainda disse: "É só porque ela é mulher". E, por falar em mulheres, eu quero falar também das aposentadas e, claro, dos aposentados de Mato Grosso do Sul. Mas eu quero falar especialmente das aposentadas, porque, no serviço público, as mulheres são sempre maioria. Falar das mulheres e defender as aposentadas já é fazê-lo com relação aos homens também. Quando a gente melhora a vida das mulheres, melhora também a vida dos homens. Esse é o movimento que a gente tem acompanhado aqui na Assembleia Legislativa. Hoje, nesta tribuna, eu venho ler uma carta que os aposentados — que esse grupo nos apresentou. Eles tentaram fazer uso da tribuna, mas, devido ao fato de não terem uma entidade que os represente, uma entidade legalmente constituída, pediram para eu ler o texto aqui. Vamos à leitura. "Movimento dos Aposentados e Pensionistas do Serviço Público do Estado de Mato Grosso do Sul — Previdência Própria. Ao senhor Gerson Claro, presidente da Assembleia Legislativa; ao senhor Eduardo Riedel, governador do Estado de Mato Grosso do Sul; e aos senhores deputados e às senhoras deputadas da Assembleia Legislativa. Senhores, dirigimo-nos respeitosamente a Vossas Excelências, em nome dos milhares de aposentados e pensionistas deste estado, para, mais uma vez, expressar nossa profunda preocupação

com a situação da nossa categoria de aposentados, que, ao longo de suas vidas dedicadas ao trabalho e à construção do nosso estado, contribuíram ativamente para o desenvolvimento social e econômico de dois estados — Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Agora, em uma fase da vida em que a saúde demanda maior atenção e cuidados, e em que o tempo, o precioso tempo, escorre, transcorre, conspirando contra corpos já cansados e muito adoecidos, foram esquecidos e, pior, bem pior: foram transformados em fonte de arrecadação por dois governos de Mato Grosso do Sul — Azambuja e agora Riedel. A Reforma da Previdência entrou em vigor na data da publicação da Emenda Constitucional nº 103, no Diário Oficial da União, em 3 de novembro de 2019, com o Estado de Mato Grosso do Sul ratificando-a por meio da Emenda Constitucional nº 82, de 18 de dezembro de 2019. Essa reforma trouxe reflexos para os aposentados e pensionistas de Mato Grosso do Sul — o que foi materializado com a reforma da Previdência estadual, efetivada com a edição da Lei Complementar nº 274, de 21 de maio de 2020, que alterou a Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005, com vigência a partir de janeiro de 2021. Tal reforma se deu em momento crítico do país, época da pandemia da Covid-19, sem as devidas discussões com as categorias e demais movimentos de servidores, visto que todos estavam impedidos de participar de grandes aglomerações e reuniões para tratar do tema e apresentar sugestões. Mesmo assim, os sindicatos tentaram abrir essas discussões — e foram repelidos com truculência. Em março de 2023, iniciou-se um movimento, após divulgação na Gazeta Trabalhista, em que quatro bravas mulheres dirigiram-se a esta Casa e usaram a tribuna para falar dos desumanos 14% de desconto da Previdência de Mato Grosso do Sul. Disse a aposentada Marlene Veiga Espósito: "Estávamos amedrontados em nossas casas pelos efeitos da Covid-19, e não tivemos participação nesse processo". Na semana seguinte, os aposentados e aposentadas do Poder Judiciário se juntaram ao grupo, e o movimento foi crescendo, com a adesão de outras categorias, agigantando-se como um movimento popular legítimo e necessário. Passada a pandemia, o senhor Eduardo Riedel, do PSDB, então candidato ao governo, assinou a Carta Compromisso, garantindo que iria rever a lei sobre os descontos dos 14%. Lamentavelmente, isso ficou apenas como promessa eleitoreira, pois ele não cumpriu sua palavra. Desde janeiro de 2021 — ou seja, há mais de cinco anos deste malfadado confisco de vidas, podemos dizer isso, visto que muitos já pereceram no caminho —, muito pouco ou quase nada se fez para corrigir essa injustiça. Pelo contrário, ainda em 2023, por sugestão de uma auditoria, aventou-se aumentar esse confisco, o que só não ocorreu por conta das muitas manifestações realizadas pelo Movimento dos Aposentados e Pensionistas nas ruas, aqui nesta Casa — e com o governador e seus secretários. Somente em 2024, ano de eleição para prefeitos e vereadores, após muitas negociações e manifestações, com o apoio desta Casa de Leis, de alguns sindicatos e de cerca de quarenta câmaras de vereadores que apresentaram moções de apoio, o Governo fez mudanças pífiás, criando o Auxílio Médico-Social, no valor de 300 reais, com o intuito de desmobilizar nossas legítimas manifestações e com pouquíssimo impacto financeiro para quem mais precisa. E pior: servindo como pano de fundo para criar vantagens a categorias já muito bem remuneradas, que possuem salários acima do teto constitucional. Segundo dados apresentados pela Ageprev, em audiência pública realizada em 2025, são arrecadados cerca de 600 milhões de reais dos aposentados civis. Noutro viés, o Governo atual, segundo dados divulgados pela imprensa,



isentou o setor produtivo, com ênfase nas multinacionais, do astronômico valor de 20 bilhões de reais. Claramente, percebe-se que o atual Governo tem trabalhado — no que tange aos trabalhadores que construíram este estado — não para o povo, mas para uma pequena elite, da qual ele faz parte. É um Robin Hood ao contrário: tira dos pobres para dar aos ricos. Repudiamos veementemente o governador Eduardo Riedel pelo desrespeito para com os servidores aposentados, ao ignorar o tempo de contribuição à Previdência, a não devolução dos valores retirados do Ativo Circulante do Fundo Previdenciário e dos imóveis que deveriam compor o patrimônio imobilizado da Ageprev. O governador Riedel tem se mostrado insensível à vida dos aposentados, não considerando que muitos deles fazem uso de medicações contínuas, de alto custo, em tratamentos dispendiosos, alguns dos quais não são ofertados pela rede pública de saúde. A queda do poder de compra subtraiu a qualidade de vida a que fazem jus, sendo que muitos aposentados estão com transtornos psicológicos e/ou psiquiátricos por conta desse desconto abusivo. Agora, em 2026, uma auditoria está propondo, segundo a mídia, que o tempo para amortização do suposto déficit previdenciário seja alongado até 2065, para aliviar as contas somente ao Estado de Mato Grosso do Sul, deixando de lado os aposentados e pensionistas. Essa proposta possui uma conotação mórbida, considerando que, por mais longevos que sejamos, quem de nós estará vivo até 2065? No ano passado, o Movimento dos Aposentados e Pensionistas malhou em ferro frio, pois tentamos, de todas as formas, negociar com o Governo, sem nenhuma resposta efetiva que pudesse aliviar as dificuldades desses idosos, frisando que todos e todas somos idosos e idosas. Também no ano passado foi escancarada a injustiça feita aos aposentados do INSS, com a subtração, em seus salários, de descontos fraudulentos. Em Mato Grosso do Sul, essa subtração (confisco) está sendo realizada de forma institucionalizada, visto que o atual Governo prometeu corrigir essa injustiça e, até agora, não cumpriu sua palavra. E agora, governador, estamos de novo em ano de eleição: Vossa Excelência vai cumprir sua palavra? Contando com o total apoio desta Casa, clamamos à sensibilidade e ao compromisso social de Vossas Excelências para que analisem, com a máxima atenção e urgência, a necessidade de corrigir esta grande injustiça feita aos trabalhadores e trabalhadoras que construíram este Estado de Mato Grosso do Sul. Essas são as palavras dos aposentados, e quero dizer que assinam este documento: Dionízio Gomes Avalhaes, Auxiliadora Darc Barbosa Espíndola, Ingrid Ferreira Medeiros, Irede Terezinha Zardini. Em tempo: o Movimento manifesta seu repúdio ao presidente da ALEMS, deputado Gerson Claro, que indeferiu, por puro medo do povo, o pedido de uso da tribuna no dia 25 de fevereiro de 2026." Pois bem, eu quero me manifestar aqui em torno dessa pauta e dizer que a gente acompanha a luta dos aposentados desde a Reforma da Previdência, à qual fomos contra. E, nesta Assembleia, houve grandes movimentos de ativos e inativos aqui presentes, porque, de fato, a forma como o governador, à época Reinaldo Azambuja, atuou foi uma proposta, uma pauta golpista. E eu chamo isso de golpe porque não foi conversado, não foi dialogado; e o governador tratou os trabalhadores aposentados da mesma forma que tratou os professores contratados. Foi sem dialogar, sem conversar — num movimento que dividiu a categoria. E as práticas do governador Eduardo Riedel são as mesmas do governador Reinaldo Azambuja: dividir o movimento para poder continuar não atendendo às suas demandas. Na educação não foi diferente, colegas: dividiu os efetivos e os contratados; prometeu, em ano eleitoral, que faria a equiparação, mas, até



hoje, não cumpriu. O governador Eduardo Riedel tem o hábito de fazer promessas e não cumpri-las. Às vésperas do segundo turno, para ganhar a eleição, ele prometeu aos aposentados acabar com o desconto de 14%. E prometeu aos professores contratados, também às vésperas da eleição, no segundo turno, que iria fazer a equiparação salarial — e isso não aconteceu. Não aconteceu e sequer passa pela cabeça dele fazer tal equiparação. E pior que isso: o governador Eduardo Riedel vem, agora, terceirizando o serviço público. Nós estamos vendo isso na saúde, com a terceirização dos hospitais regionais, mas também estamos vendo isso aqui em Campo Grande, com o Hospital Regional, que, para além de terceirizar, monta uma APP, na qual, além de o recurso ser pouco para atender à saúde, deverá sobrar lucro para que a empresa possa lucrar às custas da saúde de um povo que já não tem saúde. O governador Eduardo Riedel também está terceirizando a educação: todo o ensino profissionalizante está sendo terceirizado hoje nas escolas públicas. E pior que isso: sem qualquer responsabilidade com a qualidade do ensino. Há, em média, três ou quatro empresas em cada unidade escolar para desenvolver o trabalho que poderia estar sendo desenvolvido pela própria escola, por professores. Os diretores das escolas, que antes organizavam o processo educacional interno, agora têm de dialogar com três ou quatro empresas e não têm mais o controle do fazer pedagógico no interior das escolas. Porque a terceirização tem como objetivo desqualificar o processo de atendimento do serviço público. E, neste momento, pasmem, senhores! As escolas estão sem o atendimento da educação profissional. Sabem por quê? Porque não houve processo de licitação, e os alunos estão sem aula; até abril, eles não terão aula. Porque, mesmo terceirizando, a falta de compromisso é tanta que as empresas que iriam atender sequer foram licitadas. E, neste momento, os alunos estão sem professores ou com professores que não estão atendendo à educação profissionalizante, porque não são preparados para isso. Esse é o comportamento de um governador que não tem compromisso com o serviço público, que não tem compromisso com os servidores, que não tem compromisso com a população que recebe os serviços públicos. É dessa forma que está sendo tratado todo o serviço público — e o atendimento aos aposentados não é diferente. Mas, colegas, quero dividir com vocês a minha preocupação, porque também sou servidora pública. E, à medida que cresce a terceirização no serviço público, aumenta o prejuízo no processo de aposentadoria. Porque, hoje, o governador não chama concurso público para dar saúde financeira à Ageprev. Sem servidores na ativa, não há recurso para pagar os inativos. E o governador não abriu concurso, não abre concurso, está terceirizando todos os setores, sem qualquer compromisso com a qualidade do atendimento. E isso vai prejudicar muito mais os aposentados, se não for adotada uma medida neste momento. E aqui, embora o movimento seja, neste momento, dos inativos, quero chamar a atenção dos ativos, porque, como sou da ativa, sei que, quando chegar a nossa vez de aposentar, teremos muito mais prejuízos. Portanto, o movimento dos aposentados hoje tem que ser um movimento de toda a categoria, de todas as servidoras e servidores públicos deste estado, porque o que está ruim hoje, pelo andar da carruagem, pela proposta do Governo e pela forma como ele está trabalhando, a coisa tende a piorar.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — A senhora me concede um aparte, deputada Gleice Jane?

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT)** — Pois não, deputado.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Quero parabenizar Vossa Excelência pelo pronunciamento e por ter, inclusive, repercutido aqui na tribuna desta Casa a manifestação das servidoras e dos servidores aposentados, que estão na luta, já faz alguns anos, contra essa injusta cobrança de 14% sobre os vencimentos dos servidores aposentados. Nós sabemos que o governador Riedel já fez promessas, compromissos, já falou, falou, e até agora não cumpriu. Ele está chegando ao final do seu governo com esse compromisso que assumiu. Nós aqui da Assembleia já manifestamos, diversas vezes, apoio a este movimento dos aposentados. Algumas medidas foram adotadas: um abono de 300 reais, que depois foi estendido àqueles que têm comorbidades... Mas a maioria dos aposentados hoje tem esse desconto de 14%, que pesa muito no orçamento deles. Então, eu me somo a Vossa Excelência. Acho que o Governo promete, mas não cumpre. E agora, com a eleição chegando, a gente precisa lembrar essas coisas, para que a população não caia de novo em discursos fáceis. Também parabenizo Vossa Excelência por abordar a questão da tendência de privatização colocada pelo governo Riedel, que está entregando os hospitais regionais de Mato Grosso do Sul para Oscips administrarem — algumas delas, inclusive, com problemas em outros estados. É lamentável, porque o Estado chega a reformar e gastar milhões de reais na estrutura de um hospital regional, para depois entregar à iniciativa privada. Nós repudiamos esta política. O que o Governo deveria fazer é fortalecer o serviço público e valorizar os servidores públicos, principalmente quem já doou a vida pelo Estado e que hoje é penalizado como aposentado. Parabéns, deputada!

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Deputada, a senhora me permite um aparte?

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT)** — Pois não.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Eu também quero cumprimentar Vossa Excelência pelo pronunciamento em defesa daqueles que foram iludidos, que foram enganados, que votaram no Riedel confiando na promessa de que ele atenderia às suas reivindicações. Essas pessoas estão aqui atrás, no Plenário, elas passaram a vida se dedicando ao Estado e, mais uma vez, são submetidas a uma situação vexatória. Esses servidores se sentiram iludidos, enquanto o governo Riedel, conhecido como "governo Sebrae", só promete, e não cumpre. Aliás, é famosa a história de que quem manda no Governo é o Sebrae, a Famasul e a Fiems. Enquanto a Fiems, o Sebrae e a Famasul atuam politicamente, ele anda por Brasília se ajeitando politicamente. Ontem, em Brasília, numa entrevista, ele disse que este estado é de direita e que ele vai apoiar qualquer candidatura contra o Lula. Tomara, tomara, porque eu sou um dos que querem desmascarar o Riedel no debate, e nós vamos fazê-lo, porque o Riedel sabe que, se não fosse o apoio do PT — e eu falo do PT representando a nossa bancada —, ele teria perdido a eleição para o tal do Capitão Contar. Ele cuspiu no prato em que comeu! Portanto, agora, cabe a nós reforçar o time e derrotar o Riedel e a extrema-direita em Mato Grosso do Sul. Parabéns, deputada, pelo pronunciamento em defesa dos aposentados!

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Deputada Gleice Jane, eu quero parabenizá-la por trazer esse assunto à tribuna desta Casa e cumprimentar todos os servidores aqui de Mato Grosso do Sul, que têm uma história importante no Estado. Quando esse projeto chegou aqui, deputado Pedro Kemp, para que pudéssemos aprovar a mudança de alíquota, eu fui um dos poucos deputados que se posicionou contrariamente. Sofri retaliações por ser base do Governo, mas eu sou servidor público e tenho que me ver neles amanhã, porque amanhã estarei do outro lado, amanhã também estarei aposentado. Com o advento da Lei da Paridade de 2010, que salvou os servidores públicos aposentados, aquele que recebe na atividade teve uma melhoria. Mas, quando se aplica a tributação de 14% sobre aqueles que já estão aposentados, leva-os ao sacrifício — é o valor que usam para comprar medicamentos, que usam para tocar a vida deles, depois de terem contribuído durante todo o tempo de servidor ativo. Presidente, é uma dificuldade gerada por uma medida que veio de cima para baixo, do Governo Federal. Aqui em Mato Grosso do Sul, na época, poderíamos não ter votado os 14%. Ah, é um regulamento nacional, tudo bem, mas os estados são soberanos e poderíamos ter resguardado isso. Na época, eu ainda propus uma emenda salvando aqueles com rendimentos acima de três salários mínimos. Minha emenda, aprovada na CCJR, foi derrubada no Plenário. O Paraná e o Mato Grosso pegaram essa ideia, apresentaram no projeto deles e foi aprovada: hoje, só tributam acima de três salários mínimos. As consequências que vemos hoje são sérias: nossos servidores, que ajudaram a construir esses estados, estão sofrendo. Portanto, eu me solidarizo com Vossa Excelência e com toda a categoria de aposentados. O que pudermos fazer para ajudar, faremos. Estamos à disposição. Obrigado.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Obrigada, deputados. Eu incorporar as três falas ao meu discurso. Quero dizer aos colegas que o governo Riedel fez promessas para os aposentados, para os professores contratados e para os pescadores. A promessa para os pescadores era aumentar o tamanho dos peixes que poderiam ser pescados, algo que, cientificamente, o Conselho já indicou como possível. Nem isso o governador conseguiu cumprir. Nenhum decreto simples e básico que atendesse à população ele conseguiu assinar. Algo simbólico que beneficiaria a classe trabalhadora não foi realizado. Mas, os interesses dos ricos, os empresários, esses não foram prejudicados. Não posso dizer que ele não cumpre promessas: deve ter cumprido aquelas feitas aos homens ricos. Mas a classe trabalhadora — aposentados, professores, pescadores e demais trabalhadores — não recebeu atendimento. Isso revela um projeto ideológico que menospreza a classe trabalhadora e prioriza os ricos, empresários e proprietários rurais. Enfim, aqueles que têm dinheiro recebem um bom tratamento, enquanto os trabalhadores continuam desassistidos. Eu ainda percebo uma diferença: o tratamento aos mais ricos é diferente do tratamento aos mais pobres. Ou seja, foi covarde a proposta de mexer com quem ganha menos. Quando passou a cobrar 14%, modificando a vida dos aposentados, o Governo poderia ter pensado em alternativas, em outros campos. Mas não: ele não buscou alternativas para diminuir o lucro dos mais ricos; ele prejudicou quem trabalhou e construiu este estado. Porque quem constrói um estado é o povo, que trabalha. Nenhum patrão sobrevive sem a mão de obra do povo. Nenhum governo governa se não tiver servidores trabalhando e fazendo com que o Estado funcione. Nenhum estado sobrevive sem a

continuidade do serviço público ofertado por meio de concurso público. Portanto, a luta dos aposentados aqui é uma luta que vai além dos 14%; é uma luta pelo Estado de Mato Grosso do Sul, é uma luta pelo serviço público, pelos servidores de modo geral. Vocês trazem para a gente uma pauta final, mas essa pauta nos leva a refletir sobre todo o processo e sobre a condução dos trabalhos de um governador que, ideologicamente, não tem compromisso com o povo. Quando se ataca o serviço público, ataca-se a população que depende dele, seja na educação, na saúde, na assistência social ou em todos os demais setores. Porque o governador Eduardo Riedel só fez micropolíticas para atender um grupo pequeno de pessoas, apenas para fazer propaganda. Não teve uma história, um projeto que transformasse ou que modificasse a vida da população nesses três anos, seguindo, inclusive, a política do governador anterior, Reinaldo Azambuja. Portanto, colegas, a luta de vocês é a minha luta. Contem conosco. Nós vamos seguir enfrentando, fazendo o enfrentamento e cobrando. Que as promessas sejam cumpridas! Obrigada.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zé Teixeira.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Senhor presidente, mesmo fora de horário, eu tenho um assunto importante, uma indicação para apresentar. Eu gostaria da compreensão de Vossa Excelência.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Pois não.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Indico à Mesa, de forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, Rodrigo Perez Ramos; e ao senhor secretário de Estado de Segurança Pública, Antonio Carlos Videira, solicitando estudo e providências visando à implantação do Centro Integrado de Operação de Segurança Pública (Ceops) no município de Dourados, vinculado ao atendimento 193 do Corpo de Bombeiros, a exemplo do que é realizado com o 190 da Polícia Militar. Justificativa: se ocorrer um acidente de trânsito em Dourados e alguém ligar para o 190, verá que a ligação cai em Campo Grande. Se houver demora no atendimento ou demorar para acionar o Corpo de Bombeiros local, vidas podem ser perdidas. Portanto, instalar o 193 em Dourados é essencial. Eu tenho o apoio e a concordância da minha colega, deputada Lia Nogueira. Era só isso, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida... Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Eu cedi meu tempo ao deputado Lidio Lopes.

**PRESIDENTE** (deputado Renato Câmara - MDB) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Jefferson Lopes de Oliveira, conhecido como Pinduca, vereador do município de Mundo Novo. Por inversão, com a palavra, o deputado Lidio Lopes, que dispõe de 27 minutos.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — sem revisão do orador — Bom dia, senhor presidente em exercício, deputado Renato Câmara! Bom dia, nobres pares! Antes de iniciar minha fala, quero cumprimentar a prefeita de Mundo Novo, Rosária; a vereadora Mara, de Eldorado; o vereador Jader, de Mundo Novo; e o vereador Binho, de Aparecida do Taboado. Senhor presidente, eu venho à tribuna com uma preocupação muito grande. Eu presidi a Fenacria, hoje chamada de Fecriança, uma frente nacional em defesa da criança e do adolescente. E nós temos feito inúmeros encontros pelos estados, pelo país afora, em defesa da criança e do adolescente. Já fizemos eventos aqui em Campo Grande, trazendo parlamentares de diversos estados, para discutirmos essa temática: o problema do tráfico de menores de idade e a situação nos países vizinhos, em todos os seus aspectos. Mas, senhores, diante dos últimos acontecimentos, eu estou com uma preocupação imensa, pois, deputada Mara, tudo o que defendemos — Vossa Excelência e vários outros deputados também já fizeram encaminhamentos em defesa da criança e do adolescente —, agora vemos desmoronar, por conta de uma decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. No Estado de Minas Gerais, um ser humano de trinta e cinco anos abusa de uma menina de apenas doze anos. Isso é considerado abuso de vulnerável! É considerado pedofilia! O cidadão foi condenado a nove anos de prisão; mas a Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais o absolveu, alegando que ouviram a menina e que ela disse que não foi violentada, que havia afetividade; e a Justiça ainda disse que a decisão foi em prol da constituição da família. Ora, que constituição de família? Um homem usuário de entorpecentes, que já tem condenação por uso de drogas e que foi pego consumindo substâncias na frente da menina! Que formação de família tem um cidadão desses com uma criança de apenas doze anos? É estarrecedora essa decisão. E consta o seguinte na decisão: "Contudo, em segunda instância, prevaleceu o entendimento de que haveria o suposto vínculo afetivo e a anuência familiar, afastando-se a tipificação penal". É um absurdo essa decisão! O artigo 217-A do Código Penal estabelece, de forma objetiva, que a prática de ato sexual com menor de quatorze anos de idade configura estupro de vulnerável! A lei é clara com relação a isso! Aí, a Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais reverteu a condenação, deputado Paulo Corrêa, alegando a existência de "vínculo familiar". A que ponto estamos chegando neste país? Estão fazendo a defesa do contrário. Estamos vendo a Justiça "passando o pano", dizendo: "Não é nada disso. Vamos deixar ir adiante". De que forma vamos conseguir proteger as crianças, deputada Mara?... Eu permito um aparte a Vossa Excelência.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Deputado Lidio Lopes, parabéns por trazer este tema a esta Casa! Essa indignação, vinda de um homem, de um deputado, com certeza é muito significativa. O que aconteceu em Minas Gerais é de causar náuseas, e casos semelhantes têm acontecido no Brasil e no mundo. Temos aí o caso do arquivo de Epstein, que tem causado espanto em todo o mundo. Eu comecei a assistir, inclusive, e confesso que não consegui terminar de ver tamanhas aberrações envolvendo crianças e

com adolescentes. E um Tribunal de Justiça, que deveria defender e proteger as crianças, tomar uma decisão favorável a um criminoso, a um abusador, a um estupro, é lamentável. Não venha me dizer que é consensual, que tinha "vínculo afetivo"! É uma criança de doze anos! Uma criança não sabe o que é uma relação sexual, nem o que é afetividade. Esse tipo de coisa acaba com a inocência da criança. A criança tem doze anos, e o abusador, trinta e cinco. Gente, é criança! Nós não podemos normalizar esse tipo de coisa. Deixar que esse caso vá adiante, com essa absolvição, é criar um precedente e dizer a esses maníacos sexuais, a esses estuproadores: "Vocês terão a condenação, mas serão absolvidos". Nós não podemos permitir isso! É criança! Olhar para o corpo de uma criança e sentir atração é uma doença. Esse tipo de gente precisa estar na cadeia, e não solta, nas ruas, para fazer outras vítimas. Eu, como mãe e como avó, tenho de me indignar, sim, com relação a esse tribunal. Esperamos que o Ministério Público exerça sua função e suspenda tal decisão. Vale ressaltar, deputado Lidio, que foram dois votos a um. E o voto contrário foi de uma mulher! Eu falo e me arreio com isso. Imagine uma filha ou uma neta passando por isso! É horrível! Precisamos combater a violência. Não podemos normalizar nenhum tipo de crime. Parabéns, deputado! Vamos juntos!

**DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota)** — Eu incorporo, na íntegra, o aparte de Vossa Excelência ao meu discurso. O mais estupefante é que, muitas vezes, em defesa de si mesmas, pessoas colocam panos quentes. E o desembargador tem um sobrinho estuproador também. Ou seja, há duas pessoas na mesma família com problemas relativos à pedofilia. Não sei se é verdade, mas, segundo o que se comenta, ele também abusou... Então, uma coisa puxa a outra. Eu permito um aparte à deputada Lia Nogueira.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB)** — Deputado Lidio Lopes, antes de mais nada, quero parabenizar Vossa Excelência por trazer a este Parlamento um tema tão oportuno, tão necessário — e tão preocupante. Há cerca de duas semanas, eu apresentei aqui na Assembleia Legislativa uma solicitação ao Governo do Estado, à Sejusp, para que criasse em Dourados uma Delegacia de Pronto Atendimento à Criança e ao Adolescente (DPCA). Em Dourados e naquela região, que congrega mais de trinta municípios, não temos uma delegacia especializada para acolher e proteger as crianças vítimas de abuso. Os casos de abuso contra menores têm aumentado na segunda maior cidade de Mato Grosso do Sul. Na contramão dessa preocupação que o Parlamento estadual traz, deparamo-nos com essa decisão da Justiça de Minas Gerais, que é uma aberração! É uma aberração! Houve mudanças na legislação: hoje, relação com criança de até 14 anos é considerada estupro de vulnerável. O caso em questão envolve uma menina de doze anos em uma "relação de marido e mulher". Isso é absurdo! Ontem, acompanhando o noticiário e os desdobramentos do caso, as informações que chegaram, deputada Mara Caseiro, deixam-nos ainda mais estupefantes: um dos argumentos era o de que existia uma relação conjugal! Um homem de trinta e cinco anos, com extensa ficha criminal, e uma menina de doze anos. Nós não estamos falando de uma adolescente de dezesseis ou dezessete anos, estamos falando de uma criança de doze anos. E os argumentos utilizados para essa tomada de decisão foram de que a menina já teria tido outras relações sexuais. Dizem também que o desembargador, que foi o voto fundamental para esse desfecho, tem em seu histórico caso

de abuso sexual, e já é fichado. Então, quer dizer... é um absurdo o que estamos vendo! Infâncias estão sendo roubadas; crianças levarão esse trauma na memória para o resto da vida. Isso causa repulsa e indignação. Esse é o tipo de crime que nem mesmo a massa carcerária admite. Creio que a Justiça tem de rever isso o quanto antes; porque, se isso seguir adiante, será uma vergonha não para o Estado de Minas Gerais, mas para toda a Justiça brasileira. Obrigada.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Eu incorporo, na íntegra, o aparte de Vossa Excelência ao meu discurso. E o mais estarrecedor é que houve a convivência da mãe. A mãe também foi condenada; ela foi condenada em primeira instância por convivência. Agora, imagine o tratamento que a mãe dava à criança para ela aceitar, deputada, essa situação e dizer que era um "relacionamento afetivo" para uma criança. Imaginem o tanto que a menina sofria dentro de casa, já sendo abusada antes disso, para hoje aceitar tal violência como se fosse um casamento, a "construção de uma família". Esse homem é bandido, ele se envolveu com uma criança de doze anos! É inadmissível uma decisão dessas. Esse bandido deveria estar na cadeia, e não sendo absolvido pela Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais... Eu permito um aparte à senhora, deputada Gleice Jane.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Deputado, primeiro, eu quero parabenizá-lo por trazer a esta Casa essa pauta tão importante. Atualmente, os casos de violência contra as mulheres vêm aumentando; e assim como os casos vêm aumentando, o nível de crueldade no que diz respeito a esse tipo de violência também vem aumentando. O caso de Minas Gerais é assustador, haja vista que vemos um homem ligado ao Poder Judiciário legitimando o estupro, em desacordo com a legislação. O casamento só é aceito após os dezesseis anos. Relações sexuais envolvendo menores de quatorze anos são consideradas estupro. Portanto, temos uma situação de estupro aí. A menina foi estuprada antes, e, em vez de o desembargador exigir uma nova investigação e a punição dos demais estupradores, ele legitimou a situação, considerando que ela já havia feito relação sexual antes. Ou seja: "Se já foi vítima, pode continuar sendo vítima". Esse foi o recado dado. Acho que deveríamos ter, neste país, uma lei para prender, inclusive, o desembargador que profere uma decisão como essa, na contramão de toda a legislação brasileira e prejudicando uma menina — uma mulher, uma garota, uma criança que precisa de proteção. A atitude do desembargador é criminosa. Para mim, só isso já é motivo para prendê-lo. Sabemos que ele ainda está sendo investigado por outros casos de estupro; ou seja, pensamentos como esse não podem existir dentro do Poder Judiciário, dentro do espaço do serviço público. Mas eu quero chamar a atenção para o seguinte: o que aconteceu em Minas Gerais foi estarrecedor porque ganhou a grande mídia e, de fato, não dava para silenciar diante daquela história. Mas há casos aqui no estado também. Eu me lembro de uma história, deputado, em que eu, professora dentro da sala de aula, comecei a conversar com os meus alunos e, de repente, uma aluna de dezesseis anos disse que era casada com um homem de quarenta e sete. Eu levei um susto! Não acreditei que aquilo estava acontecendo na minha frente. Quando eu a indaguei, ela ficou um pouco nervosa; saí com ela da sala de aula, e ela me disse: "Sou casada desde os treze anos". E a família dela realmente aceitou

tudo isso. Mais uma situação de violência. Obviamente, encaminhamos o caso para o Conselho Tutelar — não acompanhei o desfecho disso —, mas dentro da escola, como professora, eu ouvi muitas histórias como essas. É preciso rever essa situação, fazer esse debate. É necessário que os homens também se disponham a fazer esse debate. Parabéns, deputado, por abordar o assunto. É fundamental fortalecer essa discussão, porque sozinhas nós mulheres não vamos conseguir vencer essa batalha. É preciso mudar o comportamento dessa sociedade, que tem legitimado a violência contra as mulheres e contra as crianças. E pior: com o passar do tempo, conforme as mulheres foram conquistando direitos, mais violência passaram a receber como resposta da sociedade. Parabéns, deputado! Conte comigo nessa luta. Nós vamos ter que pensar estrategicamente. Nós aprovamos aqui recentemente um projeto de lei sobre o cadastro de homens agressores, mas o Poder Judiciário precisa agir rapidamente, para que as mulheres possam saber com quem estão se relacionando. Precisamos intensificar o debate aqui em Mato Grosso do Sul, para protegemos as mulheres e as crianças. Obrigada.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Eu incorporo, na íntegra, o aparte de Vossa Excelência ao meu discurso. Deputada Gleice Jane, quando a senhora lembrou o caso da estudante, eu fiquei pensando no quanto esse homem deve ter aliciado a menina, oferecendo presentes e 'regalos' — como dizem os paraguaios —, para que ela admitisse que não houve violência, que o ato foi consensual e que se tratava do início de uma formação familiar. Digo isso porque advoguei durante vinte e cinco anos na área penal. Certa feita, como já disse aqui nesta tribuna, fui fazer uma audiência com um cliente meu no interior do estado. Quando terminei, ele me disse: "Doutor, tem um senhor que está preso, ele precisa de um advogado, e gostaria de contratar o senhor. Ele tem um sítio para pagar os honorários; ele transfere a escritura". E eu perguntei: mas qual é o problema dele?... E ele respondeu: "Eu não sei qual é o problema dele". Então, deputada Mara, quando peguei aquele processo no cartório e comecei a folhear, fui me enojando, o estômago foi embrulhando. Era um homem de cinquenta e sete anos, um comerciante que ficava na porta do seu estabelecimento vendendo as crianças que vinham da escola. Elas passavam pela calçada, e ele dava a elas, deputado Paulo Corrêa, pirulito, picolé; dava 2 reais para elas comprarem doces; até que ele começou a aliciar e a violentar crianças. Ele já havia violentado oito meninos. E me enojava, deputada Mara, ler os depoimentos. As crianças são francas, elas não percebem a maldade. Elas relatavam o que acontecia. Uma delas disse no depoimento: "Olha, quando eu ia passando, eu entrei; não vi o 'tio' — chamava de tio —, e fui entrando; estava ele com fulano de tal fazendo isso e isso". Contavam tudo. Aquilo ia nos enojando. Então, eu fui até aquele meu cliente e disse: olha, diga àquele sujeito que as atitudes dele ferem todos os meus princípios cristãos e familiares. Se eu puder fazer algo junto ao Ministério Público para que ele seja condenado e receba a pena que merece, eu vou fazer. E ele foi condenado, à época, a trinta e seis anos de prisão, e deve ter cumprido todo o tempo por esses crimes bárbaros. O menino mais velho tinha oito anos de idade. Hoje, vemos uma menina de doze anos sendo violentada, estuprada por um cidadão de trinta e cinco anos e um Tribunal de Justiça de segunda instância dar uma decisão e reverter uma condenação sob o argumento de que é uma "formação familiar". Não tenham dúvida de que nós vamos para cima disso! A Fecriança está se mobilizando;

devemos nos reunir nestes dias em Brasília para ir ao Supremo Tribunal Federal cobrar decisões que revertam esse cenário. Nossas andanças pelo Brasil em defesa das crianças não podem ser em vão; a nossa voz não pode se calar! Essa ideia não pode ficar só nos discursos, ela tem de ser colocada em prática. E nós não podemos admitir que, na prática, o Poder Judiciário desconstrua tudo o que está sendo feito para a proteção dos vulneráveis. Se as leis existem, existem para a proteção das crianças; do contrário, não haveria por que estarmos nos plenários estudando, discutindo e aprovando legislações neste país em defesa das crianças e dos adolescentes. Ficamos com o coração dilacerado diante dessa situação. Mas nós iremos — assim como temos acompanhado todos os problemas de Mato Grosso do Sul — atrás de justiça. Quando ficamos sabendo de caso de estupro, de violência contra alguma criança, temos procurado acompanhar os inquéritos e todo o processo. Assim, também estaremos, com a Fecriança, acompanhando esse caso. Era o que tínhamos, senhor presidente. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Pedro Kemp - PT) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Roberto Hashioka.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Senhor presidente, Mesa Diretora, caros deputados, caras deputadas, senhoras e senhores que nos acompanham pela TV e Rádio Alems, bom dia! Quero registrar a presença da senhora Ana Maria Pavanetti, acompanhada do Alexandre, da Diandra, da Bia, da outra Bia e de sua neta Maitê. A Ana Maria é professora, mentora, palestrante internacional e influente empresária da beleza. E quero parabenizar o deputado Lidio pelo pronunciamento muito bem apartado pelas três deputadas desta Casa: Lia Nogueira, Gleice Jane e Mara Caseiro. Eu trouxe hoje um projeto de lei tratando desse assunto. Na verdade, eu pretendia apresentá-lo no Pequeno Expediente, mas não deu tempo. É um projeto que institui diretrizes para a divulgação de mensagens educativas e de advertência contra a pedofilia, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Vou ler apenas um trecho. "Artigo 1º - Ficam instituídas, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, diretrizes para a divulgação de mensagens educativas e de advertência contra a pedofilia, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes, com a finalidade de promover a conscientização, a prevenção e o enfrentamento dessas violações de direitos". Na justificativa, defendo que essa divulgação deve ocorrer em todos os espaços públicos estaduais, constituindo, assim, um instrumento relevante de política pública preventiva. E, por fim, senhor presidente, tenho aqui uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação ao senhor Gialyson Corrêa da Silva, empossado como conselheiro estadual da Juventude de Mato Grosso do Sul (Conjuv). Gialyson é um jovem advogado, militante de políticas públicas para a juventude desde o movimento estudantil. Foi presidente do Centro Acadêmico de Direito da Uniderp e há mais de dez anos atua na área. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Pedro Kemp - PT) — Encerrado o Grande Expediente. Registramos e agradecemos a presença da Ana Maria Pavanetti, professora, palestrante e escritora de Nova Andradina; da Evelylyn Abelha, presidente do Sisalms; do



Jucleber da Silva Queiroz, vereador de Aparecida do Taboado; do Marcelo de Paula Azevedo Dantas, vereador de Aparecida do Taboado; do Hércules Flávio Barbosa, vereador de Selvíria; do Aristides Pinheiro Bastos Júnior, vereador de Selvíria; da Isabel Cristina Marcelo Camilo, vereadora de Selvíria; do Drautton Batista de Souza, vereador de Inocência; do Carlos Antônio Campos Menezes, vice-prefeito de Guia Lopes da Laguna; do Laudir Antônio Munaretto, vereador de Dourados; da prefeita de Mundo Novo, Rosária Luca Andrade; do Jaderson de Lima Moreira, vereador de Mundo Novo; do Jefferson Pinduca, presidente da Câmara de Mundo Novo; do prefeito de Anaurilândia, Rafael Gusmão Amamoto; do Caudi Filho, vereador de Mundo Novo; do Vanderson Cruz do Nascimento, vereador de Rio Negro; da Giovana Silverio, vereadora de Naviraí; do Wilson Landes, vereador de Campo Grande; da Alsimara Lima Melges, vereadora de Eldorado; do Jefferson Lopes de Oliveira, vereador de Inocência; e da ex-deputada estadual Dione Hashioka. Agradecemos a presença de todos. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, se há quórum para deliberação das matérias pautadas para esta Sessão.

**PRIMEIRO-SECRETÁRIO** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Senhor presidente, há quórum para deliberação.

**PRESIDENTE** (deputado Pedro Kemp - PT) — Item 1. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 147/2025. Autora: deputada Mara Caseiro. "Institui o Dia Estadual dos Esportes Equestres, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências." A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Gleice Jane. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 147/2025, de autoria da deputada Mara Caseiro.

**Presidente** — deputado Pedro Kemp (PT).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Paulo Duarte (PSB).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Sim.



**DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.**

**DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.**

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.**

**DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.**

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.**

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.**

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.**

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Pedro Kemp - PT) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Pedro Kemp - PT) — Aprovado. Vai ao Expediente.

**PRESIDENTE** (deputado Pedro Kemp - PT) — Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 180/2025. Autor: deputado Caravina. "Inclui o Pantanal



Tech MS no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão...

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB)** — Para discutir, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Pedro Kemp - PT) — Para discutir o autor, deputado Caravina.

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB)** — Quero falar da importância do Pantanal Tech, esse evento realizado pela UEMS, que acontece anualmente. O Pantanal Tech começou em 2024, reunindo 12 mil participantes; já em 2025 saltou para 20 mil, e a expectativa agora para 2026 é de 30 mil participantes. O evento envolve estudantes, produtores, empreendedores, enfim, é um instrumento de promoção, inovação, desenvolvimento e um grande sucesso. Ele reúne uma gama de profissionais e de estudantes e é promovido pela UEMS. Incluído no Calendário Oficial, o evento terá mais visibilidade, o que possibilitará o direcionamento de mais incentivos. O evento tende a continuar crescendo. Diante disso, peço o apoio dos colegas na aprovação da matéria. Parabéns ao reitor Laércio e toda a equipe da UEMS pelo importante projeto.

**PRESIDENTE** (deputado Pedro Kemp - PT) — Parabéns pelo projeto, deputado! Ainda em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 180/2025, de autoria do deputado Caravina.

**Presidente** — deputado Pedro Kemp (PT).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB)** — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL)** — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT)** — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB)** — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB)** — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.**

**DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.**

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.**

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.**

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.**

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Pedro Kemp - PT) — Parabéns pelo projeto, deputado! Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

**PRIMEIRO-SECRETÁRIO** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — São dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Pedro Kemp - PT) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em discussão única e votação simbólica. Dois requerimentos, vinte e quatro indicações e quatro moções de congratulação. Em discussão... Encerrada discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Vossa Excelência dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — sem revisão do orador — Senhor Presidente, senhores deputados, senhoras e senhores, venho passar uma mensagem neste Dia do Agronegócio e reforçar o papel do setor na economia. O Dia do Agronegócio é celebrado nesta data, quarta-feira, dia 25 de fevereiro, data dedicada ao reconhecimento da importância do setor para a economia e para o abastecimento da nossa população. A atividade reúne cadeias produtivas que vão desde o fornecimento do insumo até a produção no campo, passando pelo processamento industrial e pela distribuição de alimento, fibra e energia. Ao longo das últimas décadas, o país ampliou sua presença no comércio internacional de produtos como soja, milho, carne, café, açúcar e celulose, fortalecendo a sua posição como fornecedor global de alimentos. Além do peso da exportação, o agronegócio tem papel fundamental na geração de emprego e renda em diferentes regiões do país. A atividade movimenta indústria de máquina, fertilizante, defensivo, transporte, armazenamento e serviço, criando efeitos diretos e indiretos na economia, e contribuindo para arrecadação de tributo e para o desenvolvimento dos municípios, cuja base econômica está ligada à produção rural. Na sociedade, o impacto é percebido diariamente na mesa dos brasileiros. Grãos, carnes, frutas, leite e derivados integram a cadeia produtiva que começa no campo e chega aos centros urbanos por meio de redes de logística e comercialização. A organização dessas cadeias influi nos preços, na oferta e na qualidade dos alimentos disponibilizados ao consumidor. A data também reforça o debate sobre sustentabilidade, renovação, tecnologia e segurança alimentar. O uso da tecnologia digital, a melhoria genética, as práticas de manejo e os sistemas de produção integrados têm sido, portanto, estratégias para elevar a produtividade e atender às demandas interna e externa. O Dia do Agronegócio marca não apenas a relevância econômica do setor, mas também a sua presença cotidiana na vida da população. Senhor presidente e senhores deputados, hoje celebra-se, na verdade, o "dia da vida". É o dia de quem produz alimentos no campo para sustentar a cidade. E este ano será exemplar, em minha visão: estamos, graças a Deus, passando por um período de clima extraordinário. Se Deus quiser, teremos uma safra cheia, com média acima de setenta sacas de soja por hectare, apesar de as *commodities* estarem abaixo do mercado, que já teve a saca de soja a 200 reais e hoje está em torno de 110; 112; 115 reais; e o milho vem logo atrás. O agricultor brasileiro colhe uma safra e já planta outra; esse é o setor que sustenta a nossa economia. O setor alimenta o Brasil e o mundo. Eu fico pensando, deputada Mara, em países como a Etiópia e outros, onde pessoas morrem de fome, enquanto nós produzimos tanto alimento. Se Deus quiser, seremos campeões nacionais de produtividade pela competência dos nossos produtores e pela tecnologia por eles utilizada. Não precisa derrubar árvores; basta fazer a recuperação de terras já degradadas para incluí-las no setor produtivo. Hoje, sabemos da dificuldade para se obter licenças para desmatamento; as áreas de produção já estão consolidadas. Para concluir, eu ouvi a minha colega deputada Gleice Jane — que já se ausentou —, e concordo com 50% do que ela disse. Eu tenho a impressão de que o Governo deveria isentar do imposto de contribuição quem ganha abaixo de 7.500 reais e aumentar a alíquota de quem ganha acima de 12.000 reais, para compensar a perda. No entanto, sou contra o que ela disse aqui sobre a reforma do Reinaldo Azambuja. O governo Puccinelli fez o "jogo da velha". Foi criada uma nova Previdência, em 2011; as pessoas começaram a contribuir, mas a primeira turma de trabalhadores, nesse sistema, só se aposentariam em 2046. Essa

aposentadoria foi ficando capitalizada. Desde que o estado foi criado, estava arrecadando dos efetivos apenas 30% do necessário para pagar uma folha de 120 milhões de reais dos inativos. O que o Reinaldo fez foi unificar. Não existe, ao menos na cabeça de uma pessoa equilibrada, a ideia de haver dois tipos de previdências no mesmo estado: uma capitalizada, porque fez agora, e outra que ninguém sabe como seria paga. O senhor lembra, deputado Pedro Kemp — não sei se o senhor já era deputado na época —, do nosso querido amigo Ben-Hur, que fez aqui a CPI da Previdência. Acharam barco, canoa, casa, terreno, acharam isso, acharam aquilo. Era toda esculhambada a aposentadoria no tempo do senhor governador Wilson Barbosa Martins. O que ele, que na minha visão era um sábio, fez? Ele pegou a aposentadoria e jogou na fonte zero! Quer dizer: gerou um desequilíbrio, assim como está desequilibrada a Previdência brasileira. Quem acha que está contribuindo e que terá direito a receber um salário quando for se aposentar? Esqueça, gente! A Previdência está falida, tanto aqui, quanto no âmbito nacional. E há muitos municípios que, daqui a uns dias, também vão falir. Porque não é enchendo de gente para contribuir que se vai pagar a aposentadoria dos inativos. E eu quero deixar aqui um exemplo claríssimo: lembra que nós trabalhamos aqui para não ter de ficar mendigando, lutando para conseguir professor que pudesse ser cedido à Apae? Todo ano era um transtorno! Veja o que está acontecendo hoje — e já aconteceu ano passado! Quanto ganham as professoras que o Estado cede? 13.000 reais, pelo tempo de vida delas, pelo tempo que contribuíram, pelo tempo que estão na escola — 20, 25 anos. Ganham 13.000; 14.000; 15.000 reais. O Estado propôs para a Apae o seguinte: em vez de eu te ceder um professor que ganha 14.000, eu te repasso o dinheiro. Pegue uma professora recém-formada, moderna, com conhecimento mais avançado em tecnologia e tudo, e a contrata por 5.000 reais. Eu estava conversando aqui, e gostaria de provar: quantos funcionários há na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul? Resposta: X. Quantos cursos tem? Resposta: Y. Qual é o quadro de funcionários? Resposta: É tal. Divida o custo dessa universidade pelo quantitativo de alunos; se não der três vezes mais do que o valor por aluno da iniciativa privada, eu digo que estou sendo injusto com a educação. Não há mais como o poder público continuar tocando a saúde! Concurso público para a saúde. Você pega o piso salarial, hoje, da enfermagem, que eu não sei se é 5, 6 ou 7 mil reais. E, se for, está ganhando mal. Porque, quando a gente está num hospital, o que a gente quer? Quer uma enfermeira competente e educada. Há uma quantidade enorme de gente se formando todo ano! E se pegar uma professora, uma técnica de enfermagem e contratar na iniciativa privada pela metade do valor, porque não existe emprego... O Brasil passa por um momento difícil. Quem comprou terra ou casa, há dois, três anos, por 10, hoje não acha quem lhe ofereça 5! A economia está estagnada! Mas graças a Deus, este ano vai dar uma safra cheia, e isso vai levantar o comércio. Porque, quando vem a produção do campo, dá serviço para o borracheiro, para o médico, para o comerciante; a gente consome mais, e as empresas se sentem mais capitalizadas. E você vai ver daqui a uns dias. Vamos analisar um iPhone, deputado Pedro Kemp, que custa 10.000 reais, com 4.000 reais de imposto. No caso, quem vai receber? Quanto vai receber quem vendeu o iPhone? Os seus 6.000 reais, que vão para o banco; e os 4 mil reais já vão direto para o Governo Federal, nessa reforma tributária. Nem de fiscal vai precisar mais. E depois nós vamos ver. Não sei quem é o presidente: se é o Pedro, se é o Lula, se é o filho do Bolsonaro. Não sei quem. Estou falando de economia, não de pessoas. Eu quero saber

como é que se toca o país, centralizado lá em Brasília, com quem estiver lá, se o serviço está aqui no município, a saúde está aqui. Fizeram, deputado Pedro Kemp, um Hospital Regional. O senhor sabe onde é o Core? Aqui. Como fica Dourados, uma cidade daquele tamanho, com um baita Corpo de Bombeiros? Se acontecer um acidente lá e alguém ligar para o 190, vai cair em Campo Grande. Até a pessoa atender aqui em Campo Grande — se ela tiver boa vontade, porque o senhor conhece o poder público; nós, que precisamos ganhar dinheiro, atendemos ligeiro, correndo, para ver se ganhamos —. Até atender aqui e até ligar para Dourados de novo para o Corpo de Bombeiros de lá ir atender o cidadão que sofreu o acidente, ele já morreu! Então, não adianta. É igual a esse negócio desse Core. Como é que tem um Hospital Regional — Hospital Regional é da região, que tem trinta e cinco municípios? Como centralizar o Core? Não é melhor centralizar em Dourados, para os trinta e cinco municípios que compõem a regional? A hora que pegar a vaga, comunique Campo Grande: "Olha, estou atendendo aqui". Se quiser fazer o montante, se quiser saber quantas pessoas estão sendo atendidas no hospital, se quiser saber se está correspondendo à terceirização, é só ver em Dourados. Agendou, atendeu, comunique Campo Grande e contabilize. É simples! Mas o poder público faz questão de complicar a vida de quem precisa do serviço — e é quem paga imposto, inclusive o nosso salário. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Pedro Kemp - PT) — Parabéns, deputado! Eu apoio a manifestação de Vossa Excelência sobre a regionalização da saúde e sobre a regulação de vagas. Isso precisa funcionar. Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, esta presidência vai encerrar a presente Sessão. Está encerrada (11h21min).